



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Dados sobre crime de tortura. Informações adequadamente prestadas. Indicação do caminho para a obtenção dos dados. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 051/2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, número SIC em epígrafe, para acesso a dados sobre o crime de tortura, quantidade de boletins de ocorrência, seu indiciamento, autores e cumprimento de pena.
2. Em resposta, o ente enviou planilha contendo os boletins de ocorrência e outras informações, afirmando não possuir os demais dados. Em recurso, a Pasta afirmou ter enviado os dados por ela detidos, sendo que os dados pertencentes à Secretaria da Administração Penitenciária deveriam ser requeridos em pedido diverso. Inconformado, o solicitante apresentou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, recorda-se que a Lei de Acesso à Informação busca assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. A análise do pedido formulado e da resposta ofertada permite concluir que a demanda original foi adequadamente atendida, pois prestadas as informações no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e feita a indicação acerca do modo pelo qual o solicitante pode obter os demais dados almejados, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011.
5. Vale dizer, por fim, que um pedido de acesso a informações somente pode ser dirigido a um ente público estadual por vez. Pedidos de informação que envolvam respostas ou acesso a dados ou documentos de diferentes entes devem ser feitos separadamente por meio do Sistema SIC.SP, para que a resposta seja adequadamente fornecida pelo ente competente que a detenha.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Diante do exposto, considerando o atendimento do pedido inicial, bem como a indicação do caminho correto para obtenção dos demais dados almejados, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso III e §6º da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de fevereiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

NIKI